

Acusados explicam o empréstimo

Durante todo o dia de ontem, nenhum dos sete acusados de receberem empréstimo apareceram na Câmara mas através de seus assessores explicaram como foi feita a negociação. Enquanto alguns como José Edmar Cordeiro (PSDB), que se encontra na Bolívia, garantiram ter feito empréstimo diretamente ao banco, sem a intermediação do governador, outros como Maurílio Silva (PP) confirmaram que a negociação foi acertada por Roriz, depois de encontro dos distritais em sua residência oficial.

Para Fernando Naves (PP) que não teve seu nome incluído na lista de empréstimo, os deputados do seu partido fizeram "operação bancária legal que já foi devidamente esclarecida". Ele não tem dúvidas de que "a população entendeu perfeitamente a negociação e não teme que a denúncia provoque danos ao PP. A idéia da oposição era justamente nos arruinar politicamente, mas ela não obteve êxito". A maioria dos parlamentares prometeu apresentar as promissórias que garantem a devolução do dinheiro, mas Peniel Pacheco (PTB) chegou a mostrar o teor do documento, os demais adiaram a análise das promissórias.

Votação — A bancada da oposição apresentou cópias das votações realizadas próximas ao período de negociação. Segundo sumário da mesa, na época junho de 1991, o governador Joaquim Roriz convoca-



Maurílio: acerto com Roriz

cou a Câmara extraordinariamente — o que dá direito ao jeton equivalente a um salário extra —, para votação de vários projetos. Os mais polêmicos foram o que autorizava o Executivo a abrir crédito suplementar de CR\$ 22 bilhões para obras de infra-estrutura; e o que autorizava o GDF a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF), no valor de CR\$ 35 bilhões.

De acordo com o que apurou a bancada do PT na Casa, a maioria da verba foi destinada para obras de infra-estrutura na satélite do Paranoá, mas que não chegaram a ser executadas. "Temos que apurar essas denúncias", sustenta Eurípedes Camargo.